



Relator da PEC, Aécio Neves (E), com Eunício Oliveira e Ricardo Ferrazo na CCJ

CCJ volta a examinar na quarta proposta que muda rito de MPs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne na quarta-feira para analisar uma pauta com seis itens, entre os quais emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera o procedimento de exame das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

A proposta, apresentada pelo presidente do Senado,

José Sarney, já foi aprovada na comissão com modificações sugeridas pelo relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG). Enviada ao Plenário, a proposta recebeu novas emendas e voltou ao exame da CCJ.

As mudanças no texto começaram a ser discutidas na semana passada. Por falta de acordo, no entanto, foi concedida vista coletiva da matéria.

Benefício a microempreendedor individual tranca a pauta

O Senado tem prazo até o dia 18 deste mês para votar a medida provisória (MP 529/11) que reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor individual incidente sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social. A matéria, relatada por Armando Monteiro (PTB-PE), tranca a pauta.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 19/11), a MP visa incentivar o aumento do número de microempreen-

dedores no trabalho formal. A redução da alíquota é exclusiva para os segurados que aderiram ao Programa do Empreendedor Individual.

Com a redução, o microempreendedor passou a pagar R\$ 27,25, em vez de R\$ 60,40 (comércio e indústria) e R\$ 65,40 (prestação de serviços).

O microempreendedor individual deve ter receita bruta de até R\$ 36 mil, ser optante do Simples e não ter participação em outra empresa.

CCT discute comunicação na quarta-feira

A comunicação e as novas tecnologias serão tema de audiência pública quarta-feira na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O evento faz parte da Jornada pela Inovação, série de debates promovidos pelo colegiado como subsídio para a criação de um marco regulatório para o setor.

Os convidados para o debate são o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez; a chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério de Ciência e Tecnologia, Fernanda de Negri; o diretor-presidente do Serpro, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni; o gerente de Desenvolvimento de Projetos do setor de Tecnologia e Inovação da Siemens, Wikings Marcelo Machado; e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Eduardo Cassiolato.

A audiência pública foi proposta pelos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Gim Argello (PTB-DF), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Ivo Cassol (PP-RO), licenciado.

Simples Nacional para engenheiros e arquitetos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã a inclusão de novas categorias de empresas no Simples Nacional. Também deve ser votado projeto que concede acréscimo no valor dos benefícios de aposentados que permanecerem em atividade ou retornarem ao serviço. Após exame da CAE, a proposta será votada em Plenário.

De acordo com o projeto de lei (PLS 90/10 – Complementar), do senador Fernando Collor (PTB-AL), passam a ser incluídos entre os tributados pelo Simples os escritórios de engenharia e arquitetura. O senador Cyro Miranda (PSDB-GO), relator da matéria, incluiu os prestadores de serviços nas áreas de desenho industrial e corretagem de imóveis, e ainda acatou emenda do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) incluindo o transporte turístico nesse regime de tributação.

A CAE também deverá votar projeto (PLS 214/07) do senador Paulo Paim (PT-RS) que aumenta os benefícios de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social no caso de o beneficiário continuar em atividade.

Na CRA, procurador da Fazenda Nacional afirma que somente para adquirir as mudas de espécies nativas para recuperar áreas degradadas seriam necessários R\$ 380 bilhões

“Sociedade pagará alto custo da recomposição ambiental”

A CONTA DA recomposição ambiental de áreas produtivas será paga pela sociedade, “ou por meio de tributos, ou pelo aumento de preços dos alimentos”, afirmou o procurador da Fazenda Nacional Luís Carlos Silva de Moraes.

Ele lembrou que, de acordo com a legislação atual, o poder público deve dar as mudas de espécies nativas para recuperar áreas degradadas. Só para isso, seriam necessários R\$ 380 bilhões, disse. Para ele, o novo Código Florestal pode aliviar a situação, mas não vai resolvê-la.

Moraes fez a afirmação durante debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre o projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11).

Na audiência, o procurador disse que o Brasil tem 58% de vegetação nativa e que o “grande problema é o que fazer com essa terra”. Moraes citou estudos que mostram que a concentração populacional coincide com as regiões com mais necessidade de recomposição ambiental. Para ele, é preciso “engenharia de produção” e urgência na aplicação de medidas.

Ana Amélia (PP-RS), que requereu o debate, lembrou que um possível êxodo rural em grandes proporções pode prejudicar o consumidor urbano, já que os alimentos e outros pro-

duto primários vêm do campo.

A senadora apresentou a preocupação quando Edson Martins, representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), disse que o atual Código Florestal pode comprometer vários setores do campo – desde a produção de arroz até a criação de búfalos –, que, em algumas situações, estariam hoje ilegais. O representante da CNM disse que, mantida a atual legislação, 5 milhões de pessoas podem migrar para a zona urbana, com grande impacto nos municípios. Martins ainda afirmou que o novo código poderia resolver a situação, trazendo para a legalidade várias atividades rurais.

Alimentos

O assessor econômico da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) Antônio da Luz afirmou que a demanda mundial por alimentos vai aumentar muito nas próximas décadas e o Brasil “pode ser o diferencial entre o conflito e a paz”, pois tem uma condição rara para produzir.

No Rio Grande do Sul, informou Antônio da Luz, 95% da produção agrícola trabalha

com captação de carbono, que por meios naturais ou artificiais diminui o efeito estufa e o aquecimento global.

O secretário de Agricultura de Rondônia, Anselmo de Jesus, disse que o atual código comete “várias injustiças com o agricultor”, como o limite de exploração de apenas 20% da propriedade familiar na Floresta Amazônica.

O gerente de Uso Sustentável da Água e do Solo da Agência Nacional de Águas (ANA), Devanir Garcia dos Santos, lembrou

que 18% da água potável do mundo está no Brasil e afirmou que a quantidade e a qualidade da água estão diretamente relacionadas com a condição e a preservação do solo.

– O problema não é produzir ou deixar de produzir, mas produzir adequadamente – disse.

O gerente da ANA ainda defendeu a manutenção de 30 metros de mata ciliar, como prevê o novo Código Florestal, e de 50 metros de mata nativa na área de nascente. Porém, criticou o novo código pela previsão de possibilidade de redução de metragem de preservação de área nativa e por possibilitar anistia a quem desmatou.

Ana Amélia espera que novo código ajude a evitar possível êxodo rural de cerca de 5 mil pessoas



Edson Martins, Luís Carlos Silva Moraes, Ana Amélia, Antônio da Luz, Devanir Garcia dos Santos e Anselmo de Jesus na CRA

Audiência mobiliza participação popular direta pela internet

Os participantes da audiência pública da CRA foram acionados para responder a vários questionamentos enviados por cidadãos pela internet. A senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou, por exemplo, mensagem enviada por Ciro Fernando Siqueira, de Paragominas (PA), preocupado com a destruição de áreas agrícolas para recomposição ambiental. O representante da Farsul, Antônio da Luz, explicou que há áreas para plantio e áreas de preservação, de modo que não é necessário destruir.

O debate também foi acompanhado por servidores públicos, representantes de entidades ambientais, estudantes e

interessados no tema. Eduardo Candorelli questionou a diferença de opinião entre o Ministério do Meio Ambiente, que defende 100 metros de mata ciliar, e a Agência Nacional de Águas (ANA), que defende 30 metros. O gerente da ANA, Devanir Garcia dos Santos, disse que a medida de 30 metros é suficiente do ponto de vista dos recursos hídricos.

Raul do Valle, representante do Instituto Socioambiental (ISA), questionou dados dos custos da recomposição ambiental apresentados pelo procurador Luís Carlos Moraes. Pela experiência do ISA, disse ele, é possível fazer recomposição a valores mais razoáveis.

Para Gurgacz, debates reforçam o papel da CRA

Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, lembrou os trabalhos no primeiro semestre e destacou a presença de especialistas, cientistas e agricultores nos debates. O senador também elogiou a participação popular em todos os debates, por telefone e pela internet.

De acordo com o parlamentar, os 13 seminários ajudaram a CRA a apontar soluções e cumprir seu papel de auxiliar a agricultura e o país.

Gurgacz ainda elogiou a persistência do agricultor brasileiro e a participação do governo no setor. No entanto, cobrou mais apoio oficial para o produtor familiar.